



HOSPITAL DAS CLÍNICAS

UFPE Concurso Público

Venha fazer parte desta equipe!



Assistente Social

LEIA COM ATENÇÃO

- 01 - Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02 - Preencha os dados pessoais.
- 03 - Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 04 - Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 05 - Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
- 06 - Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de respostas.
- 07 - Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo (—).
A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.
- 08 - Só marque uma resposta para cada questão.
- 09 - **Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas pois isso poderá prejudicá-lo.**
- 10 - Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes distribuídos entre as demais.
- 11 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Nome:

Inscrição:

Identidade:

Órgão Expedidor:

Assinatura:

COMISSÃO DE PROCESSOS
SELETIVOS E TREINAMENTOS
Fone: (0XX81) 3412-0800



TEXTO 1

Muitas vezes tomamos conhecimento de movimentos nacionais e internacionais de luta contra a fome. Ficamos sabendo que milhares de pessoas, sobretudo crianças e velhos, morrem de penúria e inanição. Sentimos piedade. Sentimos indignação (especialmente quando vemos o desperdício dos que não têm fome e vivem na abundância). Sentimos responsabilidade. Movidos pela solidariedade, participamos de campanhas. Nossos sentimentos e nossas ações exprimem nosso **senso moral**.

Quantas vezes, levados por algum impulso incontrolável, fazemos alguma coisa de que, depois, sentimos vergonha. Gostaríamos de voltar atrás no tempo e agir de modo diferente. Esses sentimentos também exprimem nosso **senso moral**.

Em muitas ocasiões, ficamos contentes e emocionados diante de uma pessoa cujas palavras e ações manifestam honestidade, honradez, altruísmo. Temos admiração por ela e desejamos imitá-la. Não raras vezes, ainda, somos tomados pelo horror diante da violência. Vivemos situações de extrema aflição e angústia. Todos esses sentimentos também manifestam nosso **senso moral**.

Situações como essas – mais dramáticas ou menos dramáticas – surgem sempre em nossas vidas. As dúvidas quanto à decisão a tomar não apenas manifestam nosso senso moral, mas também põem à prova nossa **consciência moral**, pois exigem que decidamos o que fazer, que justifiquemos as razões de nossas decisões e que assumamos todas as suas conseqüências.

Todos os exemplos mencionados indicam que o senso moral e a consciência moral referem-se a valores (justiça, honradez, integridade, generosidade), a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, amor, dúvida, medo) e a decisões que conduzem a ações com conseqüências para nós e para os outros. Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que todos estão referidos a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido: o bem. Os sentimentos e as ações, nascidos de uma opção entre o bem e o mal, também estão referidos a algo mais profundo e subentendido também: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes com nós mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros.

Em suma, o senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva.

(Marilena Chauí. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1996, p. 334-335). Adaptado.

01. O texto estabelece relações que aparecem integralmente contidas em uma das alternativas abaixo. Identifique-a.

- A) responsabilidade, piedade, solidariedade e senso moral.
- B) senso moral, honestidade, honradez e altruísmo.
- C) consciência moral, justiça, integridade e felicidade.
- D) senso moral, consciência moral, valores e ações.
- E) consciência moral, conteúdos e vida intersubjetiva.

02. Tomando como referência aspectos centrais da construção do texto, podemos dizer que se trata de um texto:

- A) narrativo; por isso, a sucessão de circunstâncias temporais.
- B) explicativo; daí a ênfase na clareza, pelo uso de repetições e retomadas.

- C) de comentário; por isso, a opção pela linguagem conotativa.
- D) descritivo; daí a preferência pela apresentação de exemplos.
- E) expressivo; por isso, o uso de palavras que exprimem valores e sentimentos.

03. Considerando a forma como está organizada a seqüência dos parágrafos do texto, podemos dizer que:

- A) a natureza explicativa do texto é incompatível com a reincidência de expressões temporais.
- B) cada parágrafo retoma, explicitamente, a perspectiva apresentada nos segmentos anteriores.
- C) se manteve em todo o percurso do texto a retomada pelo uso de expressões que denotam relações de tempo.
- D) a ordem dos dois últimos parágrafos poderia ser alterada sem nenhum prejuízo para a continuidade do texto.
- E) apesar de algumas sinalizações, a fronteira entre os parágrafos está bastante fluida e imprecisa.

04. O autor, no desenvolvimento de seu texto, manteve o uso do pronome de primeira pessoa do plural. Com esse recurso, ele pretendeu:

- A) deixar indeterminado e pouco visível, para seus leitores, o grupo social de que está falando em seu texto.
- B) incluir-se entre os destinatários do texto e sinalizar que se identifica com o grupo em nome do qual fala.
- C) ressaltar que os conceitos e as relações expostos em seu texto carecem de comprovação científica.
- D) revelar que quer aproximar seu texto dos padrões da fala informal usada nas situações sociais menos tensas.
- E) mostrar que guarda uma certa reserva em relação aos conceitos apresentados e, por isso, se esquivava de assumir o que diz.

05. Observe os trechos:

“Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que todos estão referidos a um valor mais profundo.”

“Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva”.

Os conectivos sublinhados expressam, respectivamente, relações semânticas de:

- A) concessão e conclusão; podiam ser substituídos por: ‘ainda que’ e ‘assim’.
- B) conclusão e adição; podiam ser substituídos por: ‘por mais que’ e ‘assim’.
- C) condição e conclusão; podiam ser substituídos por: ‘mesmo que’ e ‘entretanto’.
- D) causa e restrição; podiam ser substituídos por: ‘uma vez que’ e ‘no entanto’.
- E) explicação e contraste; podiam ser substituídos por: ‘conquanto’ e ‘não obstante’.

06. Considerando a perspectiva em que o texto é apresentado, aponte o sentido que a palavra 'altruísmo' (3º parágrafo) assume no texto.

- A) encantamento.
- B) amadorismo.
- C) desprendimento.
- D) altivez.
- E) fluência.

07. Há, entre as opções abaixo, apenas uma em que as concordâncias verbal e nominal estão de acordo com a norma padrão. Identifique-a.

- A) O senso e a consciência moral, em nossa sociedade, diz respeito aos valores assumidos por nós mesmo.
- B) Nenhum dos valores assumidos dizem respeito à solidariedade em si mesma.
- C) Qual dos valores assumidos no passado permaneceram até os dias atuais?
- D) A decisão de ficarmos contentes com nós mesmos provém dos valores morais que adotamos.
- E) Cada uma de nossas decisões resulta das alianças que fizemos com nós mesmos e com os outros.

08. Na escrita, a falta do acento indicativo da crase pode gerar ambigüidades. Identifique a opção em que isso ocorreu.

- A) A que distância estamos nós da felicidade?
- B) A aprovação dos outros constitui um fator que nos leva a buscar a felicidade.
- C) As relações que mantemos com nós mesmos são atribuídas as buscas pela felicidade.
- D) As decisões a tomar não apenas manifestam nosso senso moral mas também provam a nossa consciência moral.
- E) As pessoas a cujas palavras nos referimos sabem a que valores aderiram.

TEXTO 2

E havia uma gramática que dizia assim:
"Substantivo (concreto) é tudo quanto indica Pessoa, animal ou cousa: João, sabiá, caneta".
Eu gosto é das cousas. As cousas sim!
As pessoas atrapalham. Estão em toda parte.
Multiplicam-se em excesso.
As cousas são quietas. Bastam-se. Não se metem com ninguém.
(...)
Mas o bom, mesmo, são os adjetivos,
Os puros adjetivos isentos de qualquer objeto.
Verde. Macio. Áspero. Rente. Escuro.
Luminoso.
Sonoro. Lento. Eu sonho
Com uma linguagem composta unicamente de adjetivos
Como decerto é a linguagem das plantas e dos animais.
Ainda mais:
Eu sonho com um poema
Cujas palavras sumarentas escorram
Como a polpa de um fruto maduro em tua boca,
Um poema que te mate de amor
Antes mesmo que lhe saibas o misterioso sentido:
Basta provares o seu gosto.

(Mário Quintana. *Nariz de vidro*. S.P.: Moderna, 1984, p.30-1).

09. Analisando o poema de Mário Quintana, podemos afirmar que:

- 1) o poeta começa por explorar as classificações relativas às palavras da língua.
- 2) o poema, metaforicamente, expressa a idéia de que a convivência humana é conflituosa.
- 3) a poesia é uma linguagem cuja função se auto-explica. O prazer estético é sua razão de ser.
- 4) simbolicamente, o poeta enquadra a poesia como algo de que se gosta pelo sentido que expressa.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 3 apenas
- B) 2, 3 e 4 apenas
- C) 1 e 4 apenas
- D) 3 e 4 apenas
- E) 1, 2, 3 e 4

10. No poema, o autor faz alusões que reforçam idéias a favor:

- A) das inconsistências da gramática.
- B) da dimensão estética da linguagem poética.
- C) da onipotência dos seres humanos.
- D) da hierarquia das coisas da natureza.
- E) da imprevisibilidade de todos os sonhos.

Conhecimentos Específicos

11. Discutindo as atribuições privativas do assistente social, com base na Lei 8.662/93, os profissionais da categoria demonstram conhecer a legislação ao afirmar que somente ao assistente social compete:

- A) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- C) realizar estudos sócioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais.
- D) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- E) elaborar, coordenar e executar planos voltados a estimular a participação da sociedade civil.

12. O exercício profissional do assistente social é fiscalizado pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, que tem competência para:

- A) zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal de Ética Profissional.
- B) organizar o registro de todas as categorias profissionais que atuem na área social.
- C) fiscalizar o exercício profissional, impedindo que assistentes sociais de outros estados exerçam a profissão em sua jurisdição.
- D) levar à justiça comum os profissionais que incorrem em faltas profissionais graves, para que sejam aplicadas as devidas sanções.
- E) expedir carteiras de trabalho para assistentes sociais.

13. A Lei 8.662/93 regulamenta que:

- A) os estágios curriculares de Serviço Social não exigem a supervisão por assistente social, uma vez que o professor é responsável por essa atribuição.
- B) a inscrição dos profissionais que quiserem exercer a profissão, nos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, é facultativa.
- C) se houver convivência de empresas ou entidades nas infrações à Lei de Regulamentação da profissão pelos profissionais, essas serão passíveis de sanções.
- D) as pessoas que obtiverem diplomas de pós-graduação em Serviço Social podem registrar-se nos Conselhos Regionais de Serviço Social como assistentes sociais.
- E) a fiscalização do exercício profissional do Serviço Social pode ser exercida por qualquer profissional, desde que credenciado pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

14. Um princípio ético fundamental defendido no Código de Ética do Assistente Social é:

- A) o posicionamento contra a equidade em favor da universalidade.
- B) a garantia de hegemonia da perspectiva teórica marxista, em detrimento do pluralismo de correntes profissionais.
- C) o reconhecimento da liberdade como valor ético a ser submetido aos interesses democráticos da maioria.
- D) a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- E) a articulação com governos e com a classe dirigente para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

15. É dever do assistente social, segundo o Código de Ética Profissional:

- A) realizar estudos e pesquisas, independentemente da participação dos indivíduos e grupos envolvidos no trabalho.
- B) desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
- C) realizar o policiamento de comportamentos de risco entre os usuários dos serviços sociais.
- D) pronunciar-se em matéria de sua especialidade.
- E) abrir seus arquivos para a sociedade, em defesa da transparência de informações.

16. É vedado ao assistente social, nos termos do Código de Ética Profissional:

- 1) transgredir preceitos do Código de Ética e da Lei 8.662/93, de Regulamentação da Profissão.
- 2) praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais.
- 3) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional.
- 4) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- 5) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 5, apenas.
- B) 2, 3, 4 e 5, apenas.
- C) 1, 2, 3 e 4, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3, 4 e 5.

17. É princípio e diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos da Lei 8.080/90:

- A) a universalidade de acesso aos serviços de saúde nos níveis primários de assistência.
- B) a equidade da assistência à saúde, sem preconceitos, porém com alguns privilégios.
- C) a integralidade da assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, sempre que possível.
- D) a ênfase na descentralização dos serviços para os municípios.
- E) a participação da comunidade em parcerias com o poder público, na prestação de serviços de saúde.

18. A organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, segundo a Lei Orgânica da Saúde, devem atender à seguinte disposição:

- A) os municípios deverão constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e serviços de saúde que lhe correspondam.
- B) a direção do SUS é plural, sendo exercida em conjunto pelo estado e seus municípios.
- C) as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
- D) devem ser criadas comissões intersetoriais com a finalidade de definir as políticas e os programas a serem priorizados para garantir a saúde dos cidadãos.
- E) as instituições de ensino profissional e superior na área de saúde integram o Sistema Único de Saúde, em caráter subordinado.

19. A Lei 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, normatizando que:

- A) a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada dois anos, com representação de vários segmentos sociais, para deliberar sobre o Plano Nacional de Saúde.
- B) os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinam-se à cobertura de ações e serviços de saúde a serem implementados pela União.
- C) os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão repassados aos municípios, regular e automaticamente, desde que informem periodicamente suas necessidades.
- D) o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, é órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.
- E) os municípios terão acesso a 30% dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, enquanto os estados acessarão 70%.

20. Ao discutir as bases de um novo modelo de atenção à saúde, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde / NOB-SUS 96, considera que o ponto essencial que o qualifica é:

- A) a ampliação do enfoque dominante, incorporando o modelo epidemiológico ao modelo clínico.
- B) a concentração de esforços na atenção ao caso clínico, diante da precariedade do atendimento especializado.
- C) o privilegiamento da atenção primária em saúde, caracterizada pela predominância do trabalho comunitário de saúde.
- D) a ênfase na relação individualizada entre profissional e cliente, numa intervenção terapêutica cirúrgica ou medicamentosa.
- E) o enfoque epidemiológico como único padrão de atenção em saúde, atendendo às exigências de agências internacionais de saúde.

21. Uma das condições de gestão municipal da saúde, nos termos da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde / NOB-SUS 96 é a Gestão Plena da Atenção Básica, pela qual compete aos municípios:

- A) a gerência de unidades próprias, ambulatoriais e hospitalares, inclusive as de referência.
- B) a prestação de serviços relacionados aos procedimentos cobertos pelo Piso de Atenção Básica – PAB aos seus municípios.
- C) a normalização e operação de centrais de controle e procedimentos ambulatoriais e hospitalares relativos à assistência aos seus municípios e à referência intermunicipal.
- D) a administração da oferta de procedimentos ambulatoriais de alto custo e procedimentos hospitalares de alta complexidade.
- E) a execução das ações básicas, de média e alta complexidade em vigilância sanitária.

22. A proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais é assegurada:

- A) predominantemente aos negros, na perspectiva de uma ação afirmativa.
- B) apenas aos pobres e indigentes, segundo critérios adotados nacionalmente.
- C) às mulheres e crianças, preferencialmente.
- D) aos portadores de transtornos severos, com mais de três anos de evolução.
- E) sem discriminação de raça, sexo, cor, recursos econômicos, idade, gravidade ou tempo de evolução do transtorno.

23. Constitui direito da pessoa portadora de transtorno mental (PPTM):

- A) defender-se de qualquer forma de abuso e exploração.
- B) ausentar-se voluntariamente do hospital sem declaração de sua vontade e sem autorização médica.
- C) ser tratada com humanidade e respeito e no interesse de beneficiar sua saúde.
- D) ser tratada, preferencialmente, através de hospitalização e métodos invasivos de grande poder terapêutico.
- E) não ser informada sobre sua doença e condições de tratamento, para não agravar seu estado psíquico.

24. A atual Política de Saúde Mental brasileira estabelece, sobre a internação de pessoa portadora de transtorno mental, que:

- A) deverá ter caráter permanente, diante da dificuldade de reinserção social do paciente em seu meio.
- B) será de responsabilidade da respectiva família quando for de longo prazo, caracterizando a dependência institucional.
- C) deve ser realizada preferencialmente em instituições com características asilares.
- D) deverá contemplar assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais e de lazer.
- E) as internações voluntárias só podem ocorrer com consentimento do usuário e aprovação da autoridade judicial.

25. Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS – constituem serviços ambulatoriais de atenção diária, que devem ser instalados em municípios com mais de 20.000 habitantes, e têm como objetivos:

- 1) responder pelo atendimento medicamentoso, psicoterápico e de orientação às pessoas portadoras de transtornos mentais.
- 2) ser responsáveis pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito de seu território.
- 3) garantir uma equipe de trabalho com médico com formação em saúde mental, enfermeiro e assistente social.
- 4) realizar atendimento não só aos portadores de transtornos mentais, mas às suas famílias.
- 5) garantir uma refeição diária aos pacientes assistidos em turnos de quatro horas.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 4 e 5, apenas.
- B) 2, 3 e 5, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1, 3, 4 e 5, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

26. A Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei 8.212/91, define a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto de diversas receitas, entre as quais:

- 1) as contribuições sociais dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição.
- 2) as receitas dos Estados.
- 3) as contribuições sociais das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
- 4) a renda bruta dos concursos de prognósticos.
- 5) as contribuições sociais dos empregadores domésticos.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 4 e 5, apenas.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 5, apenas.
- D) 2, 4 e 5, apenas.
- E) 1, 2, 3, 4 e 5.

27. A Previdência Social, nos termos da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, tem por princípio:

- A) a diferenciação dos benefícios e serviços destinados às populações urbanas e rurais.
- B) o cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição sem correção monetária.
- C) o caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial dos trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
- D) universalização da participação em todos os planos beneficiários, independente de contribuição.
- E) a obrigatoriedade do valor da renda mensal dos benefícios substitutivos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado ser igual ou maior que o salário mínimo.

28. São segurados facultativos da Previdência Social:

- A) os empregados domésticos que prestam serviços de natureza contínua a pessoas ou família no âmbito residencial.
- B) as pessoas físicas que prestam serviços de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.
- C) as pessoas físicas contratadas por empresa de trabalho temporário prestando serviços para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente.
- D) os estudantes, as donas de casa, os síndicos de condomínio que se filiam ao Regime Geral de Previdência mediante contribuição.
- E) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias e fundações públicas federais.

29. As condições que mantêm a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, nos termos da Lei 8.213/91, são:

- A) até dois anos após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- B) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
- C) até doze meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- D) até três meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- E) até seis meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.

30. A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, situa a assistência social como Política de Seguridade Social:

- A) não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- B) contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de ações de iniciativa privada e filantrópica, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos de baixa renda.
- C) não contributiva, que provê os cidadãos em todas as suas necessidades, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.
- D) contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusivamente pública, através das políticas sociais.
- E) não contributiva, de caráter meritocrático, desenvolvida através de ações de iniciativa preferencialmente pública, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

31. A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes, segundo a Lei 8.742/93:

- A) centralização administrativa, primazia da responsabilidade da sociedade civil na condução da política de assistência social e participação social.
- B) participação da comunidade, descentralização político-financeira para Estados, Distrito Federal e Municípios, com comando único das ações em cada esfera de governo; responsabilidade conjunta do Estado com a sociedade na condução da política de assistência social.
- C) descentralização político-administrativa para Estados, Distrito Federal e Municípios, comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.
- D) centralização político-administrativo-financeira da União, com comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população; responsabilização do Estado na condução da política de assistência social.
- E) descentralização político-administrativa para Estados, Distrito Federal e Municípios, com comando único das ações em cada esfera de governo; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social, em colaboração com a sociedade civil, através dos conselhos de assistência social em âmbito nacional, estadual e municipal.

32. A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742/93, estabelece as competências da União, dos Estados e Municípios, definindo que cabe:

- A) aos Municípios, estimular e apoiar financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços sociais.
- B) à União, responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada a idosos e a portadores de deficiência.
- C) aos Estados, prestar serviços assistenciais que visem à melhoria de vida da população e cujas ações sejam voltadas para as necessidades básicas.
- D) à União, efetuar o pagamento de auxílio-natalidade e funeral.
- E) aos Municípios, planejar os programas e projetos nacionais de enfrentamento da pobreza, através de sua representação no Conselho Nacional de Assistência Social.

33. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será encaminhado:

- A) ao Conselho Tutelar.
- B) à autoridade judiciária competente.
- C) à família do adolescente ou pessoa por ela indicada.
- D) à autoridade policial competente.
- E) ao Ministério Público.

34. A política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente tem como linha de ação:

- 1) municipalização e mobilização dos segmentos sociais da classe trabalhadora.
- 2) políticas e programas de assistência social em caráter supletivo.
- 3) criação e manutenção de programas vinculados aos conselhos comunitários.
- 4) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- 5) serviços especiais de atendimento médico e psicossocial destinados aos pais e responsáveis pelas crianças vítimas de violência doméstica.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1, 2 e 4.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 3 e 5.
- D) 2 e 4.
- E) 5.

35. A adoção de criança por maiores de 21 (vinte e um) anos:

- 1) independe do estado civil dos adotantes.
- 2) é revogável, após 2 (dois) anos de convivência.
- 3) requer a comprovação da estabilidade da família.
- 4) depende do consentimento do adotando, quando maior de 7 (sete) anos.
- 5) confere ao adotando a condição de filho, com os mesmos direitos sucessórios em relação aos pais e parentes biológicos.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 2 e 4.
- C) 2.
- D) 1 e 3.
- E) 3 e 5.

36. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, aos quais deve ter acesso toda criança e adolescente, cabe:

- A) apenas à família.
- B) à família e à sociedade civil.
- C) apenas ao Estado.
- D) à sociedade civil e ao governo.
- E) à família, à sociedade em geral e ao Poder Público.

37. Em cada município deve haver, no mínimo, um Conselho Tutelar. Assinale uma de suas atribuições, constante do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) deliberar sobre a política estadual de direitos de criança e do adolescente.
- B) aplicar medidas punitivas a entidades governamentais que transgridam normas de prestação de serviços à criança e ao adolescente.
- C) aprovar pedidos de adoção.
- D) representar ao Ministério Público, para efeito de ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- E) assessorar o Poder Judiciário local na requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

38. Um dos princípios que regem a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso é:

- A) o Estado, exclusivamente, tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania.
- B) à sociedade cabe a responsabilidade pela total defesa do bem-estar e direito à vida do idoso.
- C) o processo de envelhecimento é de interesse específico dos idosos, cabendo-lhes obter as informações necessárias para enfrentá-lo.
- D) o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza.
- E) as ações de assistência ao idoso independem das condições econômicas e sociais em que são executadas.

39. São diretrizes da Política Nacional do Idoso, voltadas às pessoas de 60 (sessenta) anos ou mais, segundo a Lei 8.842/94:

- 1) participação do idoso, através de sua organização representativa, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos.
- 2) priorização do atendimento ao idoso, em sistema asilar.
- 3) viabilização de formas alternativas de prática, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações.
- 4) estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.
- 5) capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços.

Estão corretas:

- A) 1, 4 e 5, apenas.
- B) 1, 3, 4 e 5, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 3 e 4, apenas.
- E) 2, 4 e 5, apenas.

40. Segundo a Lei 8.842/94, são competências de órgãos e entidades públicas na implementação da política nacional do idoso na área de saúde:

- 1) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento.
- 2) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares.
- 3) adotar e aplicar normas de funcionamento de instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde.
- 4) criar serviços alternativos de saúde para o idoso.
- 5) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas protetoras.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 5, apenas.
- B) 1, 2, 3 e 5, apenas.
- C) 2 e 5, apenas.
- D) 1, 2, 3, 4 e 5.
- E) 1, 3 e 5, apenas.

41. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes às pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, que tem como uma de suas competências:

- A) acompanhar os portadores de deficiência na solução de suas necessidades especiais.
- B) elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência e propor as providências necessárias a sua completa implantação e desenvolvimento.
- C) impedir o Ministério Público de constituir ações civis contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

- D) opinar sobre a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, a ser elaborada pela sociedade civil, nos espaços de participação social definidos em lei, como os conselhos e conferências.
- E) definir as Políticas Estaduais e Municipais de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

42. As pessoas portadoras de deficiência física têm seus direitos garantidos pela Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que estabelece a competência do Poder Público para assegurá-los. Na área de saúde, cabe aos órgãos oficiais viabilizar:

- 1) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.
- 2) o desenvolvimento de programas especiais de proteção aos condutores de veículos.
- 3) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, à identificação da gestante e do feto de alto risco, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência.
- 4) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, mediante convênios com serviços de transporte.
- 5) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5.
- B) 1, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 2, 4 e 5, apenas.
- E) 1, 3 e 5, apenas.

43. Selecione os focos de observação e procedimentos que devem guiar a abordagem inicial de uma comunidade, tendo em vista a implantação de um programa de atendimento à saúde:

- A) identificar os limites da comunidade, a população e principais reivindicações dos grupos carentes.
- B) identificar os limites da comunidade, caracterizar a população-alvo e sua condição socioeconômica.
- C) localizar a população-alvo, caracterizar as relações de poder e negociar o projeto com as lideranças locais.
- D) localizar a população-alvo, identificar interesses e necessidades dos grupos carentes e os recursos do meio ambiente.
- E) identificar os limites da área, caracterizar a população-alvo, o perfil sanitário e as condições ambientais, as instâncias de poder local e o sistema de prestação de serviços.

44. Ao assessorar a diretoria de recursos humanos na reestruturação do setor de benefícios, numa organização de serviços, o assistente social:

- A) relata os resultados de pesquisa realizada junto aos usuários e salienta a insatisfação dos funcionários com o atendimento da recepcionista.
- B) apresenta os dados referentes às atividades do setor, identifica os pontos de estrangulamento e encerra, desse modo, sua atuação.
- C) apresenta os dados sobre o problema identificado, analisa seus rebatimentos e discute alternativas para seu enfrentamento.
- D) encaminha relatório ao chefe e reúne os funcionários para pedir colaboração.
- E) apresenta os resultados do relatório, discute suas implicações na vida da organização e inicia um projeto de capacitação sobre "Atendimento ao Público".

45. Na equipe interdisciplinar, na área de saúde, o assistente social:

- A) estimula o trabalho dos demais técnicos, centraliza e cobra dos outros a ação.
- B) centraliza o poder de decisão e exerce o controle.
- C) delimita seu espaço de intervenção, obedecendo a um organograma com delimitação de funções.
- D) interage com o saber e a prática de outros profissionais, mas conserva a característica de sua especificidade no trabalho conjunto de atendimento ao usuário.
- E) reconhece a diversidade dos saberes dos outros profissionais da equipe e estabelece uma relação de reciprocidade com outros técnicos fundada na subjetividade.

46. No trabalho comunitário, a estratégia da interdisciplinaridade implica um modelo de integração que requer:

- A) um Serviço Social participativo, vinculado ao processo de pressão e organização dos grupos populares.
- B) ações articuladas do Serviço Social com o Poder Executivo e exercício de seu papel a serviço do Estado.
- C) operacionalização e rotina de trabalho correspondente a cada disciplina envolvida na ação, preservando o objetivo comum do trabalho.
- D) o repensar da prática cotidiana, especificando o papel de cada profissional da equipe, tendo por base o relacionamento interpessoal e a afinidade de valores.
- E) trabalho conjunto sem preocupação com a especificidade profissional.

47. O estudo de caso constitui uma das estratégias de pesquisa mais usadas nas Ciências Sociais. O pesquisador seleciona o caso na medida em que este seja:

- A) suficiente para a construção de novas teorias.
- B) típico e representativo do problema investigado.
- C) conveniente em relação a suas expectativas e opiniões.
- D) típico e representativo de um conjunto mais amplo.
- E) apropriado à verificação de teorias.

48. Interessado nas mudanças que marcaram o Brasil a partir dos anos 80, um pesquisador se interroga sobre a evolução do discurso sindical. Ao empreender a análise de conteúdo dos documentos coletados em função de sua questão, o pesquisador:

- A) quantifica as unidades de análise selecionadas.
- B) seleciona as unidades de análise.
- C) realiza o tratamento estatístico dos dados qualitativos.
- D) codifica os dados de acordo com a classificação.
- E) reconstrói o sentido e reestrutura os conteúdos para elaborar o quadro de análise.

49. O planejamento é um processo de racionalidade que exige do profissional antecipar-se aos acontecimentos, propondo um conjunto de ações a serem realizadas de forma a se alcançarem objetivos delimitados, considerando os recursos humanos, financeiros e materiais necessários, e as formas de avaliação necessárias. No processo de planejamento:

- A) as condições orçamentárias devem presidir às decisões a serem tomadas.
- B) é fundamental estabelecer a missão institucional a cumprir e os objetivos a alcançar.
- C) é prescindível um diagnóstico conjuntural e das necessidades a serem preenchidas.
- D) o sistema de gerenciamento de responsabilidades antecede qualquer etapa.
- E) a avaliação *ex-post* é necessária para a adequada escolha dos caminhos a serem seguidos.

50. A relação entre o Serviço Social e a revolução informacional aponta diferentes possibilidades para a profissão. No sentido de fortalecer o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, a tendência que se coloca é:

- A) constituir redes de cooperação política numa perspectiva classista, a partir das redes de telecomunicação, pensando no redimensionamento da esfera política.
- B) privilegiar uma compreensão instrumental da informática, contribuindo para escrever melhor, mais rápido e com melhor qualidade estética.
- C) intermediar os serviços de consumo em rede para colocar os usuários do Serviço Social em contato com os processos mais atualizados.
- D) estimular a conexão de serviços para facilitar o encaminhamento das demandas dos usuários dos serviços sociais.
- E) estimular a constituição de projetos de lazer através do uso de recursos de informática, dirigidos especialmente a crianças e adolescentes das camadas mais pobres.